

HISTÓRIA COMPARADA

– UM NOVO MODO DE VER E FAZER A HISTÓRIA –

Prof. Dr. José D'Assunção Barros¹
Universidade Severino Sombra
jose.assun@globo.com

Recebido em: 10 de março de 2007
Aprovado em: 27 de março de 2007

Resumo

Este artigo busca esclarecer e discutir alguns aspectos relacionados à História Comparada – considerada aqui como um campo historiográfico específico – bem como discutir as possibilidades e limites do Método Comparativo na História. A ênfase inicial recai no interesse de definir a História Comparada como um campo historiográfico singular para o qual confluem simultaneamente uma abordagem apoiada no comparativismo histórico e um campo de observação concernente a dois objetos ou mais estudados de modo comparativo. São examinadas, com especial atenção, as contribuições de Marc Bloch e de Charles Tilly para a constituição deste campo.

Palavras-Chave: História Comparada; Método Comparativo, comparação, Historiografia, metodologia.

Abstract

This article intends to develop a reflex ion about the Comparative History – as a specifically historiographical field – and to discuss the possibilities and limits of a Comparative Method in History. The initial emphasis is directed most specifically to a define the Comparative History as a singular historiographical field, to which one converge simultaneously an specifically approach funded in historical comparativism and field of observation concerning two or more objects examined in a comparative way. They are examines, with special attention, the contributions of Marc Bloch and Charles Tilly for the constitution of this historiographical field.

Keywords: Comparative History; Comparative Method, comparison, historiography, methodology.

¹. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Professor da Universidade Severino Sombra (USS) de Vassouras, nos Cursos de Mestrado e Graduação em História, onde leciona disciplinas ligadas ao campo da Teoria e Metodologia da História. Entre as últimas publicações, destacam-se os livros *O Campo da História* (Petrópolis: Vozes, 2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (Petrópolis: Vozes, 2005), e *Cidade e História* (Petrópolis: Vozes, 2007).

1. História Comparada: delimitações iniciais

A História Comparada é uma modalidade historiográfica fortemente marcada pela complexidade. Referindo-se simultaneamente a um ‘modo específico de observar a história’ e à escolha de um ‘campo de observação’ de determinado tipo – na verdade um “duplo campo de observação”, ou mesmo um “múltiplo campo de observação” – situa-se entre aqueles campos históricos que são definidos por uma “abordagem” específica (por um modo próprio de fazer a história, de observar os fatos ou de analisar as fontes)². Resumida em duas indagações que a tornam possível, a História Comparada pergunta simultaneamente, no momento mesmo em que o historiador está prestes a iniciar sua pesquisa: “o que observar?” e “como observar?”. E dá respostas efetivamente originais a estas duas indagações.

É possível que aí esteja o que há de mais instigante nesta abordagem historiográfica: o fato de que, em função destas duas indagações que parecem constituí-la na sua essência mais íntima, a História Comparada sempre se mostra como um insistente convite para que o historiador repense a própria ciência histórica em seus dois fazeres mais irredutíveis e fundamentais – de um lado, o ‘estabelecimento do recorte’, e, de outro lado, o seu modo de tratamento sistematizado das fontes e dos dados e processos investigados. Em suma, a História Comparada tanto impõe a escolha de um recorte geminado de espaço e tempo que obrigará o historiador a atravessar duas ou mais realidades sócio-econômicas, políticas ou culturais distintas, como de outro lado esta mesma História Comparada parece imprimir, através do seu próprio modo de

². Considera-se, aqui, que algumas das modalidades históricas em que hoje se organiza o campo da História relacionam-se, mais especificamente, às *dimensões* trazidas a primeiro plano (a História Política, a História Cultural, a História Econômica, e assim por diante), aos inúmeros *domínios temáticos* (a História da Mulher, a História Rural, a História Urbana, a História do Direito, e tantos outros), e às *abordagens*, que são concernentes aos modos de fazer a História e a questões metodológicas. A História Comparada relaciona-se francamente a este último critério, e a partir de suas práticas estabelece suas conexões com outros campos históricos.

observar a realidade histórica, a necessidade a cada instante atualizada de conciliar uma reflexão simultaneamente atenta às semelhanças e às diferenças, repensando as metodologias associáveis a esta prática.

Ao impor àqueles que a praticam um novo modo de pensar a história a partir da própria construção de seu recorte, e um modo bastante específico de trabalhar sobre as fontes e realidades históricas assim observadas – a História Comparada revela-se oportunidade singular para que se repense a própria história em seus desafios e em seus limites. Talvez seja isto, mais do que tudo, o que tem contribuído para fazer da História Comparada matéria privilegiada para um intenso debate entre os historiadores nos seus encontros profissionais, mesmo que ainda não exista uma quantidade tão considerável de trabalhos relacionados mais diretamente a esta modalidade, quando a cotejamos com outros campos históricos mais habitualmente freqüentados pelos historiadores.

Devemos ainda registrar que, se de um lado a História Comparada constrói-se criativamente na confluência das duas indagações atrás mencionadas (“o que observar”, e “como observar”), daí também se desdobra uma terceira questão não menos relevante: “Como tratar os resultados observados”? Esta indagação também traz implicações importantes, relacionadas tanto aos procedimentos e metodologias disponíveis para análise dos dados e das fontes, como aos cuidados especiais de que se deve municiar o historiador no sentido de evitar as armadilhas mais comuns relativas a esta modalidade histórica. O anacronismo, a analogia enganadora, a generalização indevida, a indução mal encaminhada, estes são alguns dos pequenos riscos e armadilhas que se encontram como que dissimuladamente espalhadas pelos caminhos e trilhas abertos por este fazer histórico, quase que à espera para devorar o historiador incauto que adentra estas mesmas trilhas sem o devido preparo. É preciso distinguir perfeitamente a boa da má

analogia; a generalização aceitável, da camisa de força em que são mal acomodadas sociedades e experiências históricas dotadas de singularidades que as fazem únicas; a aparência similar que apresentam alguns processos, de suas motivações mais profundas (por vezes territórios de diferenças fundamentais que a mera aparência factual costuma ocultar). A esta questão voltaremos oportunamente.

De todo modo, a História Comparada atinge este início de novo milênio como um campo consolidado, construído meticulosamente sobre o território da complexidade e recebendo um interesse crescente da historiografia profissional. O crescimento do interesse temático pela História Comparada nos Encontros Científicos e em artigos acadêmicos – sintoma muito claro do crescimento desta abordagem historiográfica nos últimos anos – leva-nos a indagar antes de mais nada pelas suas origens, pela natureza epistemológica deste tipo de conhecimento, pelos aportes conceituais possíveis e metodologias disponíveis. De princípio, refletiremos sobre a própria palavra – o próprio gesto metodológico e conceitual que funda esta abordagem. O que é comparar? Por que se compara? O que se espera com a comparação? O que se pode comparar?

Antes de mais nada, consideraremos que comparar é uma forma específica de propor e pensar as questões. Frequentemente nos deparamos com esta forma intuitiva de abordagem quando nos deparamos na vida cotidiana com situações novas, e neste caso a *comparação* nos ajuda a precisamente a compreender a partir de bases mais conhecidas e seguras aquilo que nos é apresentado como novo, seja identificando semelhanças ou diferenças. Comparar é um gesto espontâneo, uma prática que o homem exercita nas suas atividades mais corriqueiras, mas que surge com especial intensidade e necessidade quando ele tem diante de si uma situação nova ou uma realidade estranha.

A comparação neste momento – diante do desafio ou da necessidade – impõe-se como método. Trata-se de iluminar um objeto ou situação a partir de outro, mais conhecido, de modo que o espírito que aprofunda esta prática comparativa dispõe-se a fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo. Por vezes, será possível ainda a prática da “iluminação recíproca”, um pouco mais sofisticada, que se dispõe a confrontar dois objetos ou realidades ainda não conhecidos de modo a que os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos do outro, dando a perceber as ausências de elementos em um e outro, as variações de intensidade relativas à mútua presença de algum elemento em comum. Será por fim possível, se o que se observa são dois objetos ou realidades dinâmicas em transformação, verificar como os elementos identificados através da comparação vão variando em alguma direção mais específica – de modo que se possa identificar um certo padrão de transformações no decurso de um tempo – e, mais ainda, se temos duas realidades contíguas, como uma influencia a outra, e como as duas a partir da relação recíproca terminam por se transformar mutuamente.

Já nestes níveis de análise, a comparação não mais se mostra um mero gesto intuitivo, mas sim um método que oferece àquele que a utiliza determinadas potencialidades e certos limites, forçando-o antes de mais nada a definir o que pode e o que não pode ser comparado, a refletir sobre as condições em que esta comparação pode se estabelecer, a formular estratégias e modos específicos para a observação mais sistematizada das diferenças e variações, acrescentando-se ainda a necessária reflexão de que alguns tipos de objetos permitem este ou aquele modo de observação e de análise, e não outro. Seria oportuno, então, indagar pela natureza do momento em que o gesto comparativo passa da prática intuitiva e espontânea para um outro patamar, onde

se erige em método, em escolha tornada consciente e acompanhada de autocrítica, de procedimentos, de sistematização.

2. Marc Bloch e a sistematização do método comparativo na História

Em que pese a existência de uma série de contribuições importantes para a gradual constituição do comparativismo histórico, algumas remontando a trabalhos históricos dos filósofos iluministas, e outras que nos remetem aos desenvolvimentos das ciências sociais no século XIX, será mesmo com Marc Bloch que a História Comparada adquire uma especificidade estritamente historiográfica. A História Comparada de Bloch é antes de tudo uma “História Comparada Problema”, uma história que se constrói em torno de problematizações específicas, e não de curiosidades ou meras factuaisidades. Para além disto, Bloch teve grande importância como sistematizador do método comparativo de maneira geral, seja a partir de suas considerações teóricas – expressas em dois textos importantes (1928 e 1930) – seja a partir de suas realizações práticas.

O fato de que a História Comparada lida necessariamente com o Comparativismo Histórico (embora, certamente, possa haver comparativismo histórico sem que estejamos diante de História Comparada), obriga-nos, antes de mais nada, a distinguir a “História Comparada” propriamente dita – vista aqui como um campo intradisciplinar específico – do “comparativismo histórico”, em sentido mais amplo.

De um modo ou de outro, o historiador sempre utilizou a comparação como parte de seus recursos para compreender as sociedades no tempo, embora não necessariamente como um método sistematizado. De todo modo, poderemos lembrar aqui a formulação de Paul Veyne, que retoma um pressuposto de Giambattista Vico e

considera que “toda história é história comparada”³. Sobre esta questão, diremos que – mesmo quando nos referimos ao comparativismo como método – é evidente que poderemos sempre atribuir um sentido mais específico ao “comparativismo histórico” como abordagem possível, e não como algo que estaria implícito a todo o “fazer histórico” consoante a fórmula enunciada por Veyne. “Comparar”, “elencar semelhanças e diferenças” e “estabelecer analogias” são naturalmente ações tão familiares ao historiador como contextualizar os acontecimentos ou dialogar com as suas fontes. Mas para falarmos em um “método comparativo” é preciso, tal como já pontuamos no início deste ensaio, ultrapassar aquele uso mais próximo da intuição e da utilização cotidiana da comparação para alcançar um nível de observação e análise mais profundo e sistematizado, para o qual “o que se pode comparar” e o “como se compara” tornam-se questões relevantes, fundadoras de um gesto metodológico.

Posto isto, já para definir a “História Comparada” como um campo específico, consideraremos ainda que será preciso se ter em vista uma modalidade que não apenas lança mão do “comparativismo histórico” como método – por exemplo, como método aplicável à análise de determinados tipos de fontes ou séries de acontecimentos – e sim uma modalidade que estabelece campos de trabalho ou de observação muito bem delineados. A História Comparada, antes do mais, seria uma modalidade historiográfica que atua de forma simultânea e integradora sobre campos de observação diferenciados e bem delimitados – campos, a bem dizer, que ela mesma constitui e delinea. Para o caso daquele tipo de História Comparada que coloca em confronto duas realidades nacionais diferenciadas, estes campos podem ter até suas bases já admitidas por antecipação, é verdade, mas sempre é bom se ter em vista que os universos a serem comparados nas

³. Referindo-se a um outro âmbito de questões, também Kula ressalta a idéia de que nenhum trabalho científico, por limitado e monográfico que seja, pode dispensar totalmente o método comparativo, o que inclui a História (KULA, 1973: 571).

ciências humanas são sempre de algum modo construções do próprio historiador ou do cientista social – não são necessariamente conjuntos já dados ou passíveis de serem admitidos previamente, frisaremos aqui. Situados estes parâmetros iniciais, estaremos discorrendo a seguir sobre a História Comparada como um campo histórico definido simultaneamente por um certo tipo de objetos – universos diferenciados postos em comparação e em iluminação recíproca – e por uma abordagem já específica, de modo que a História Comparada e o “comparativismo histórico” se encontrarão aqui em uma prática historiográfica bastante singular.

Retornemos por ora, ao contexto das primeiras afirmações da História Comparada como possibilidade de um campo intradisciplinar, ao fim da terceira década do século XX. À época em que Bloch começa a enunciar suas propostas historiográficas inovadoras, o mundo mal acabara de conhecer os horrores da Primeira Grande Guerra, e outros horrores ainda maiores estariam por vir com a ascensão do Nazismo e com o segundo grande conflito mundial. Respirava-se, em parte significativa da intelectualidade européia, certo ar de desânimo em relação aos caminhos que tinham sido trilhados através do exacerbado culto ao Nacionalismo que tanto caracterizara a estruturação dos estados-nações nos séculos anteriores. Mais ainda, de modo geral os historiadores tinham desempenhado um papel bastante relevante na organização institucional dos estados-nações, na estruturação de arquivos para registro da memória nacional, na construção de narrativas laudatórias que exaltavam cada nação em particular, e que por vezes chegavam mesmo a conclamar indiretamente à Guerra. Alguns, como Guizot (1787-1874), tinham mesmo ocupado postos governamentais; outros, como Michelet (1789-1874), chefiaram arquivos nacionais em seus países. Agora, diante dos aspectos nefastos daquele processo de exacerbação nacionalista que

resultara em tão terrível desastre, era compreensível que, no complexo e multi-diversificado circuito dos historiadores profissionais, surgissem aqui e ali os vestígios de um certo “mal estar” da historiografia. Não era um sentimento necessariamente predominante em todos os países e ambientes, mas este mal-estar certamente se fazia presente.

Não é de se estranhar que, neste mesmo contra-clima de desapontamento em relação ao nacionalismo radicalizado – que de resto seguiria adiante pelas décadas vindouras – tenham se fortalecido os primeiros sonhos de ultrapassagem dos antigos modelos propugnados por aquela velha historiografia política e nacionalista, que até então estivera sempre tão bem acomodada às molduras nacionais. Neste ambiente histórico-social surgem os primeiros esforços de sistematização de uma História Comparada – ou melhor, é neste ambiente que emerge a assimilação mais sistemática do comparativismo histórico pelos historiadores profissionais, não apenas como uma prática que há muito já era familiar à historiografia, mas como um verdadeiro programa de escolhas temáticas e de eleição de novas aproximações metodológicas.

Comparar, era de algum modo abrir-se para o diálogo, romper o isolamento, contrapor um elemento de “humanidade” ao mero orgulho nacional, e, por fim, questionar a intolerância recíproca entre os homens – esta que logo seria coroada com a explosão da primeira bomba atômica. Bastante sintonizado com o espírito de ultrapassar as molduras nacionais, e com motivações não muito distintas das que levaram Henri Pirenne a escrever a sua *História Européia* (PIRENNE, 1981), Marc Bloch estava bastante interessado por volta dos anos 1930 em levar adiante um programa que cuidasse de elaborar uma história comparada das sociedades européias – um programa que, se realizado, permitiria ao historiador um acesso efetivo às causas fundamentais

que estavam na base das semelhanças e diferenças entre as diversas sociedades européias.

Com esta modalidade de estudos que logo seria tão bem exemplificada com a instigante comparação entre as sociedades medievais inglesa e francesa a partir da obra *Os Reis Taumaturgos* (BLOCH, 1993), o intuito de Bloch era também o de liberar o historiador das fronteiras artificiais que até então vinham sendo delimitadas pelas clausuras nacionais e governamentais da velha história política no século XIX. Comparar, também aqui, era ver de uma nova maneira, ultrapassar condicionamentos que haviam sido impostos aos historiadores por mais de um século através de um paradigma historiográfico que se ancorava na moldura político-estatal monocentrada. Sobretudo, comparar era estabelecer uma comunicação possível entre as várias histórias nacionais que até então pareciam fundar-se no isolamento, e, neste mesmo sentido, comparar trazia uma verdadeira esperança de comunicação entre os povos:

A história comparada, tornada mais fácil de se conhecer e de se utilizar, animará com seu espírito os estudos locais, sem os quais ela nada pode, mas que, sem ela, a nada chegariam. Numa palavra, deixemos, por favor, de falar eternamente de história nacional para história nacional, sem nos compreendermos (BLOCH, 1928: 40).

Em 1928, no Congresso Internacional de Historiadores de Oslo, Marc Bloch desenvolveria uma conferência – logo transformada em artigo – que objetivava refletir precisamente sobre as potencialidades do estudo comparado na História. No ano seguinte seria publicada a sua primeira realização neste sentido: a obra *Os Reis Taumaturgos* (1929). Será mais do que oportuno retomarmos as reflexões de Marc Bloch sobre o comparativismo histórico, pronunciadas no Congresso de Oslo.

Em primeiro lugar, Marc Bloch procura fixar os requisitos fundamentais sobre os quais poderia ser constituída uma História Comparada que realmente fizesse sentido.

Sua conclusão é a de que dois aspectos irredutíveis seriam imprescindíveis: de um lado uma certa similaridade dos fatos, de outro, certas dessemelhanças nos ambientes em que esta similaridade ocorria. A semelhança e a diferença, conforme se vê, estabelecem aqui um jogo perfeitamente dinâmico e vivo: sem analogias, e sem diferenças, não é possível se falar em uma autêntica História Comparada.

De igual maneira, Bloch visualizou dois grandes caminhos que poderiam ser percorridos pelos historiadores dispostos a lançar mão do comparativismo na História. Seria possível comparar sociedades distantes no tempo e no espaço, ou, ao contrário, sociedades com certa contigüidade espacial e temporal. No caso da comparação de sociedades distanciadas no espaço e no tempo tinha-se uma situação singular: a ausência de interinfluências entre as duas sociedades examinadas. Neste caso, o trabalho consistiria basicamente na busca de analogias – situação para a qual poderemos exemplificar com a possibilidade de estabelecer uma comparação entre o que se poderia chamar de “feudalismo europeu” e o que poderia ser denominado “feudalismo japonês”, duas realidades afastadas no espaço, em uma época em que não poderiam transmitir influências uma à outra⁴. Entre os riscos típicos deste caminho representado pela possibilidade de comparação entre sociedades não-contíguas estão naturalmente o da falsa analogia e do “anacronismo” – transplantes de um modelo válido para uma época ou espacialidade social para um outro contexto histórico onde o modelo não tenha sentido real, correspondendo apenas a uma ficção estabelecida pelo próprio historiador.

Quando nos referimos a “sociedades contíguas”, teremos em vista que o próprio conceito de contigüidade muda de uma época em relação à outra. Na época da

⁴ Um exemplo de História Comparada elaborada nestas bases está na pesquisa de Robert Darnton sobre a Censura, que o historiador americano examina em três espaço-tempos bem diversificados: A França do Antigo Regime, a Índia britânica do século XIX, e a Alemanha Oriental do século XX. cf. “Entrevista com Robert Darnton” (PALLARES-BURKE, 2000).

mundialização, e mais ainda, no período da globalização, duas sociedades afastadas espacialmente têm possibilidades imediatas de inter-influência, não correspondendo à situação estanque que se tinha nos períodos em que a comunicação era menos imediata. De igual maneira, cabe salientar que a comparação não precisa ser necessariamente entre realidades nacionais distintas, podendo corresponder também a ambientes sociais distintos, que se pretenda comparar.

Posto isso, consideraremos o segundo grande caminho apontado por Marc Bloch para uso da comparação histórica – na verdade aquele que ele mesmo preconizava como preferível. Trata-se aqui de comparar sociedades próximas no tempo e no espaço, que exerçam influências recíprocas. A vantagem de comparar sociedades contíguas está precisamente em abrir a percepção do historiador para as influências mútuas, o que também o coloca em posição favorável para questionar falsas causas locais e esclarecer, por iluminação recíproca, as verdadeiras causas, interrelações ou motivações internas de um fenômeno e as causas ou fatores externos. Será importante ainda salientar que, para empreender este caminho da História Comparada que atua sob realidades históricas contíguas – por exemplo, duas realidades nacionais sincrônicas (ou então uma mesma realidade nacional em duas fases temporais em imediata sucessão) – o historiador deve estar apto a identificar não apenas as semelhanças como também as diferenças. O exemplo mais concreto que Marc Bloch pôde oferecer desta abordagem, já aplicada a uma investigação histórica específica, foi a sua primorosa obra *Os Reis Taumaturgos*. Ao mesmo tempo, o artigo teórico elaborado pelo historiador francês tornou-se uma espécie de pedra fundamental da História Comparada, no qual já veremos claramente os caminhos privilegiados por Marc Bloch no interior desta modalidade historiográfica em formação:

Estudar paralelamente sociedades vizinhas e contemporâneas, constantemente influenciadas umas pelas outras, sujeitas em seu desenvolvimento, devido a sua proximidade e a sua sincronização, à ação das mesmas grandes causas, e remontando, ao menos parcialmente, a uma origem comum (BLOCH, 1928: 19).

O que se realiza em *Os Reis Taumaturgos* senão este modelo? Teremos aqui duas sociedades medievais vizinhas – a francesa e a inglesa – ambas com um imaginário em comum e com repertórios de representações similares, que serão investigados pelo historiador à luz de um mesmo problema comum que os atravessa: o da crença popular no poder taumátúrgico de seus reis. As duas sociedades se inter-influenciam; as duas cortes que se beneficiam das representações taumátúrgicas – a capetíngia na França e a plantageneta na Inglaterra – rivalizam uma com a outra, movimentam-se, mesmo, no contexto desta iluminação e rivalidade recíprocas. O material histórico adequa-se, portanto, ao caminho proposto pelo modelo preconizado por Bloch: duas sociedades sincrônicas que guardam entre si relações interativas, e que juntas oferecem uma visão clara de um problema comum que as atravessa. Sem uma ou outra, no mero âmbito de uma história nacional, não poderia ser compreendida a questão da apropriação política do imaginário taumátúrgico que se desenvolve nas monarquias européias, das origens em comum deste mesmo imaginário, das intertextualidades que se estabelecem, do confronto do modelo taumátúrgico com outros modelos de realeza. A História Comparada das realezas francesa e inglesa através do imaginário taumátúrgico contribui, a seu modo, para dar a compreender a Europa, atendendo a um projeto mais ambicioso que reage contra o aprisionamento do historiador seja no particularismo local, seja nos modelos inflexíveis da história política nacional que grassava quase que exclusivamente na historiografia européia do século XIX.

Tal foi a contribuição de Marc Bloch para os desenvolvimentos da História Comparada como campo intradisciplinar: dois textos teóricos que anunciam, com uma proposta séria de sistematização, a nova modalidade, e uma obra prima que a concretiza. A partir daqui os historiadores teriam, entre outras tantas vias que começavam a se abrir face à contestação da antiga História Política Nacional, um caminho inovador que não tardaria a ser explorado de maneiras diversificadas. Não será nosso objetivo, neste momento, construir um panorama das diversas contribuições práticas e teóricas à História Comparada desde estes momentos pioneiros em que Marc Bloch a delinea. Nossa atenção, a seguir, concentrar-se-á em certos problemas e questões metodológicas que estão na base da constituição deste novo campo historiográfico.

3. Caminhos do Comparativismo

Embora, tal como se disse, Comparativismo Histórico e História Comparada não sejam certamente a mesma coisa, e o primeiro possa existir sem a segunda, não há dúvidas de que, postos diante um do outro, tem-se aqui uma clara afinidade entre o comparativismo como método historiográfico e a História Comparada como uma modalidade da história que estabelece um duplo ou múltiplo campo de observação. Pode-se até dizer que, uma vez que os procedimentos comparativos são tão fundamentais e viscerais para a história, cedo ou tarde, na história da historiografia, haveria de surgir uma modalidade como a História Comparada, que faz da analogia, do contraste, da ultrapassagem do recorte espaço-temporal tradicionalmente unicentrado, o campo eleito de suas abordagens.

O comparativismo, através da *analogia*, surge mesmo como necessidade em alguns casos. Paul Veyne (1978: 85) costumava lembrar que por vezes o recurso à

analogia é a única maneira disponível para suprir algumas lacunas de documentação. Postular uma analogia entre duas sociedades ou fenômenos que revelam alguns traços comuns ou tendências similares é como levantar uma hipótese de trabalho, que pode ou não ser confirmada, mas que de todo o modo ajuda o historiador a se colocar em movimento diante dos enigmáticos caminhos que lhe oferece esse idioma estrangeiro que é o outro tempo. A comparação, aqui, é bastante oportuna: o historiador opera como o lingüista diante do idioma desconhecido. Sabe que cada nova língua representa, a seu modo, uma nova visão de mundo; mas também sabe que as línguas, por mais remotas que sejam, acham-se de uma maneira ou de outra situadas em uma complexa rede que fundamentalmente não deixa de ser um grande emaranhado de um fio só, uma vez que todas apontam para uma única origem da humanidade. Em sociedade, e submetido a circunstâncias em permanente mutação, o homem diversifica-se, recria a si mesmo e ao mundo; mas nesta diversificação ele não perde a sua humanidade fundamental, e tampouco deixa de estar sujeito ao enfrentamento de determinados limites e problemas fundamentais como a morte, a sobrevivência, o crescimento da espécie, o conflito diante do outro, a comunicação, a sexualidade, a sujeição e o exercício do poder. Ao nível mais irreduzível, todas as sociedades humanas apresentam alguns traços passíveis de serem submetidos à comparação, seja no sentido de encontrar elementos em comum ou de contrastá-los. A questão para o historiador, contudo, é perceber o ponto em que uma comparação torna-se realmente útil para o trabalho e objetivos historiográficos: buscar analogias e contrastes, cedo perceberam os historiadores modernos, pode tanto revelar como ocultar aspectos que aproximam ou distinguem as sociedades e os processos sociais uns dos outros.

A analogia mostra-se aqui uma faca de dois gumes: se por um lado pode levar o historiador ao erro do anacronismo nos casos em que este se vê tentado a comparar o incomparável, por outro lado, sem ela não vive o fazer historiográfico. Sem a analogia como uma possibilidade em seu horizonte, o historiador estaria diante, a cada instante, de um mundo assustadoramente novo. Seria mesmo de se perguntar se isto seria possível. Se o historiador necessariamente trabalha com fontes, com textos – sejam estes textos verbais ou outros tipos de discurso – isso o obriga indelevelmente à comparação, pois na verdade sempre que lemos um texto já estamos, mesmo que nem sempre de maneira consciente, situando-o em intertextualidade com outro texto. Ao lermos um texto comparamo-lo com outro, nem que seja para espelhá-lo.

Outra operação intrínseca ao trabalho dos mais antigos historiadores, e que não poderia deixar de interferir nos caminhos da História Comparada, é a escolha da escala de observação. Escolher a escala é definir os limites do trabalho comparativo, as condições onde ele poderá operar e com que tipo de restrições: o homem como microcosmo, a família, a vizinhança, o local, o regional, o nacional, a civilização, a rede de relações internacionalizadas ou mundializadas.

Quando a História Comparada começou a se delinear como um campo de possibilidades, uma das primeiras questões que se impuseram foi precisamente a desta necessidade de escolha de uma escala de observação. Marc Bloch, desencantado com os modelos fechados na história nacional, que haviam sido produzidos pela historiografia de um mundo que conduziu aos horrores da Guerra Mundial, propunha a comparação entre duas ou mais sociedades nacionais. Queria talvez encontrar uma humanidade comum entre estas sociedades, entre a França e a Inglaterra, entre os medos e esperanças que tanto ingleses como franceses depositavam nos seus reis taumaturgos.

Toynbee, com um olhar voltado para uma maior abrangência, ampliou a escala, almejava comparar civilizações. Nos anos 1950, surgem os trabalhos historiográficos de História Local comparada. Bem mais tarde, já bem adentrada a segunda metade do século XX, viria uma surpreendente guinada: os micro-historiadores propunham-se se ater à escala do cotidiano, de uma vizinhança, de uma pequena e singular vida em movimento através de uma rede de sociabilidades. Estas vidas e pequenos sistemas de sociabilidade também podem ser comparados, e é neste sentido que se poderia igualmente falar de uma “micro-história comparada”.

A opção pela História Comparada adequa-se a qualquer destes níveis de observação. A escolha da escala, de primordial importância, define de antemão o que poderá ser visto e o que inevitavelmente ficará oculto. Comparar macro-realidades ou comparar micro-realidades é legítimo em cada caso: e entre estas operações guardar-se-á o mesmo tipo de distinção que emerge da escolha entre comparar estrelas e comparar átomos.

Uma outra questão importante para o delineamento de um trabalho de história comparada é a sua interação com outros campos historiográficos. Definida por uma abordagem, isto é, por questões que se relacionam a aspectos metodológicos, o historiador que utiliza as abordagens da História Comparada deve fazer também suas escolhas relativas a certas perspectivas que já se referem às *dimensões* da sociedade que são trazidas a primeiro plano pela análise historiográfica – a História Cultural, a História Política, a História Econômica, a História Demográfica, as mentalidades – e a certos campos de interesse que já são da ordem dos *domínios temáticos*.

Por fim, feita a opção por uma escala e estabelecida a conexão intradisciplinar com outros campos historiográficos, será preciso definir o modelo de observação. O

olhar historiográfico, como de resto outras modalidades do conhecimento humano, pode circular livremente entre os tradicionais movimentos da indução e da dedução. Em História Comparada, estes caminhos também estão franqueados, mas é sempre necessário recolocar a cada instante duas perguntas: “de onde quero partir”, e “aonde quero chegar”? Os historiadores e cientistas sociais que seguiram pela senda aberta por Marc Bloch estiveram bastante atentos a estas perguntas, como se verá em seguida.

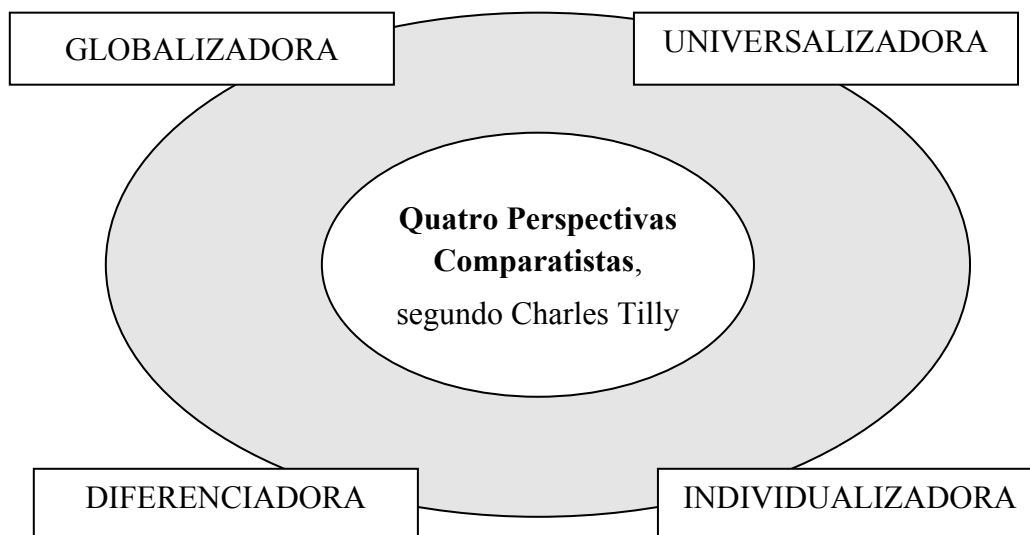
4. A tipologia de Charles Tilly para a História Comparada

Charles Tilly – um especialista em sociologia histórica cuja obra adquire uma especial relevância teórica para a História Comparada, e que desenvolveu estudos sobre a formação dos Estados Nacionais (1996; 1975) – tornar-se-ia responsável por um esforço teórico de sistematização do comparativismo que ainda não se vira desde o artigo de Marc Bloch em 1928. Sua idéia foi empreender a elaboração de uma tipologia de perspectivas comparatistas – a universalização, a globalização, a individualização e a diferenciação – cujos resultados podem ser sintetizados no esquema exposto mais adiante.

As duas perspectivas situadas na parte inferior do esquema em questão referem-se a um comparatismo que busca a ‘singularidade’, diferindo, porém, no método. A abordagem comparatista **Individualizadora**, partindo de uma meticulosa atenção a certas realidades histórico-sociais singularizadas, investe no cuidado de identificar as propriedades comuns a todos os casos examinados (semelhanças) de modo a identificar muito claramente a singularidade de cada caso. Exemplos de utilização desta abordagem podem ser encontrados na obra de Max Weber. Pensemos nos estudos do sociólogo alemão sobre os fenômenos urbanos através da História. Sua preocupação inicial nesta

linha de estudos foi a de reunir as características que todas as cidades teriam em comum – um lugar de mercado, uma condensação populacional partilhada em uma multiplicidade de funções, e assim por diante – depois, o trabalho foi o de identificar as especificidades de cada tipo histórico de cidade: a Cidade Antiga, a Cidade Medieval, a Cidade Moderna. Entrecruza-se, neste caso, a abordagem comparatista individualizadora com a metodologia de construção dos tipos ideais.

Esquema 1: *Perspectivas Comparatistas segundo Charles Tilly.*



Enquanto isto, a abordagem comparatista **Diferenciadora**, similar à perspectiva anterior nos seus objetivos particularizantes, caminha através de uma metodologia distinta. Trata-se de submeter os diversos casos que estão sendo examinados a um certo conjunto de variáveis – alguns traços ou questionamentos que são escolhidos para efetuar as comparações – de modo a tirar conclusões sobre os diferenciais de cada caso examinado. Essa abordagem, entre outros exemplos possíveis, foi empregada por Samuel Baily em seu estudo comparativo sobre os migrantes italianos em Buenos Aires

e Nova York. A idéia, aqui, é que um mesmo tipo de migrantes – os italianos – ao serem deslocados para diferentes sociedades de destino – a Argentina e Estados Unidos – terminam por iluminar características específicas destas sociedades⁵. Para a análise de cada caso é estabelecida um mesmo conjunto de variáveis – um mesmo conjunto de indagações – e a partir daí verifica-se os pontos diferenciadores entre os dois grupos.

Na parte de cima do esquema, vemos representadas as abordagens que objetivam uma generalização a partir dos casos examinados.

A abordagem comparativa **universalizadora** intenciona encontrar os elementos comuns a todos os casos examinados, postulando-se uma unicidade dos processos históricos. Seja na História Econômica, Cultural ou Política, existem diversos autores que trabalham com esta perspectiva, como Walt Whitman Rostow (1961), um economista que ambicionava comprovar para todas as sociedades modernas e em diferentes contextos uma mesma e única seqüência de desenvolvimento econômico, e que acomodou em uma teoria sobre as “cinco etapas do desenvolvimento econômico”. De igual maneira, autores como Theda Skocpol (1979) empenharam-se em buscar similitudes nos processos históricos relacionados às grandes revoluções. Neste último caso, tratava-se de buscar semelhanças presentes entre as grandes revoluções bem sucedidas da modernidade – a Francesa, a Chinesa e a Russa – de modo a identificar as condições necessárias e suficientes que presidiriam o surgimento dos processos revolucionários. O método, aqui, mostra-se mais sofisticado no que se refere ao interrelacionamento entre semelhanças e contrastes, e a identificação dos traços comuns entre as três revoluções modernas bem-sucedidas mostra-se também favorecida pela comparação com as revoluções falhadas.

⁵. De maneira inversa, várias etnias que se deslocam a uma mesma sociedade receptora se iluminam em suas especificidades.

A abordagem comparativa **globalizadora**, por fim, visa examinar diversos casos de modo a incluí-los em um sistema geral que os abranja e lhes de sentido. Nesta abordagem enquadra-se, na sua forma mais irreduzível, a perspectiva proposta pelo Materialismo Histórico em sua análise e identificação dos modos de produção.

5. História Comparada entre espaço-tempos distanciados

De modo geral, com relação aos estudos que confrontam historicamente sociedades distintas, desde meados do século tem predominado nos estudos de História Comparada o modelo sugerido por Marc Bloch em seu artigo de 1928, no qual se sugere como caminho preferível a análise de sociedades contíguas no espaço e no tempo, tanto por serem unidades mais “comparáveis” no sentido de possuírem pontos em comum, como no sentido de que estas sociedades contíguas estão geralmente em processo de interação. Contudo, a História Comparada contempla a possibilidade de comparação entre sociedades distanciadas no espaço e no tempo.

Robert Darnton, em uma entrevista concedida em 1996 (PALLARES-BURKE, 2000), discute uma pesquisa que estava realizando com base na confrontação do fenômeno da Censura em três sociedades bem distintas: a França do Antigo Regime, a Índia britânica do século XIX, e a Alemanha Oriental do século XX. A sua pretensão não era encontrar similitudes muito diretas entre as três situações, pois, como assinala Darnton, cada cultura tem o seu próprio dialeto e especificidades. Sua intenção foi examinar duas questões específicas, verificando como elas se apresentam em cada uma destas realidades; como os censores realizaram o seu trabalho em cada uma destas sociedades, e como eles entenderam o que estavam fazendo. As conclusões apontam no sentido do delineamento de diferenças: na França do século XVIII, os censores tinham

uma visão de seu ofício em que acreditavam estar administrando o selo de aprovação régia. Na Índia britânica do século XIX, os censores acreditavam que estavam ajudando a estabelecer uma variação liberal do imperialismo. Na Alemanha Oriental do século XX, acreditavam que estavam envolvidos em um processo de Engenharia Social. O mesmo fenômeno – a Censura – atravessa três realidades histórico-sociais com resultados bem diferentes, produzindo inclusive formas de consciência diferenciadas dos atores sociais que os vivenciaram (PALLARES-BURKE, 2000).

O exemplo é esclarecedor. Na mesma entrevista, Darnton dá-nos um outro exemplo de História Comparada ao digredir sobre como a percepção de um determinado acontecimento ou processo histórico pode contribuir para transformar a análise de outro. O exemplo dado são os acontecimentos que conduziram à derrubada do Muro de Berlim, em 1989. A sua vivência destes acontecimentos teriam contribuído para transformar radicalmente a sua visão da queda do Antigo Regime.

Conforme observa Darnton, após os acontecimentos de 1989 o Império Soviético, antes produtor de uma imagem de forte estabilidade, parecia impressionar retroativamente por sua clara instabilidade. Por outro lado, estes acontecimentos também contribuíram para modificar a sua visão de outro processo, bem mais afastado no tempo. Ao vivenciar os acontecimentos de 1989 como homem de seu tempo, Darnton assevera ter se impressionado com três aspectos: a força do imprevisto, a capacidade da má-gerência humana precipitar os acontecimentos, e o peso extremamente relevante da opinião pública. A percepção destes fatores em um processo contemporâneo teria levado o historiador americano a reavaliar sua análise dos acontecimentos pré-revolucionários de 1787 e 1788, uma vez que passou a enxergar ali fatores semelhantes. Um acontecimento, enfim, contribui para iluminar o outro. Quer

concordemos ou não com a análise específica realizada por Darnton sobre a mútua comparação entre a ‘Queda do Muro de Berlim’ e a ‘Queda do Antigo Regime’, temos aqui o típico insight de história comparada. Menos sistemático como queria Bloch, e carregado de uma forte dose de intuição – mas, enfim, um mergulho instantâneo na História Comparada entre dois acontecimentos distantes no espaço e no tempo.

6. Delineamentos Finais: a História Comparada em sua especificidade

Será oportuno aproveitar as questões até aqui discutidas para estabelecer um delineamento final acerca do que poderá ser legitimamente localizado sob a rubrica de uma ‘História Comparada’ – tanto por oposição ao simples “comparativismo histórico”, como também por oposição às sínteses globais de história que examinam as várias realidades nacionais como blocos em superposição. Com relação a este último aspecto, convém acompanhar a ponderação de Heinz-Gerhard Haupt (1998: 110-111), que nos alerta para o fato de que não constituem História Comparada as grandes sínteses internacionais que tem por temática algo como a *História Econômica e Social do Mundo*, ou mesmo a história das relações entre países⁶. De igual maneira, uma História das Civilizações que simplesmente forneça um grande panorama descritivo de diversas civilizações históricas não estará sendo produzida sob o signo da História Comparada, a não ser que haja uma interação entre as observações que se acham relacionadas aos vários focos de análise. A busca de analogias e diferenças, neste caso, será obviamente imprescindível para que não se tenha um mero quebra-cabeças civilizacional. A História Comparada, enfim, não se pode reduzir à mera coletânea de histórias nacionais ou de

⁶ O exemplo dado por Haupt é a *Histoire économique et sociale du monde*, de Pierre LEÓN (1977). Poderíamos citar ainda outros exemplos, como a *História Econômica Mundial* de Frédéric Mauro (1973).

histórias de civilizações. Ela faz-se de interações, de iluminações recíprocas, e não de meras superposições.

De fato, acrescentaremos aqui, um bom trabalho de ‘História Comparada’ mostra-se freqüentemente atravessado por um problema: este pode corresponder desde à representação taumatúrgica em duas realidades nacionais distintas, tal como propôs Marc Bloch com *Os Reis Taumaturgos*, como à transformação histórica do fenômeno urbano, tal como propôs Max Weber com sua obra sobre *A Cidade* (1966). Não se trata, obviamente, de superpor realidades nacionais ou regionais distintas para montar um quebra-cabeças a partir de manobras de superposição, ou de simplesmente historiar uma relação entre dois países. A História Comparada consiste, grosso modo, na possibilidade de se examinar sistematicamente como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais distintas, duas estruturas situadas no espaço e no tempo, dois repertórios de representações, duas práticas sociais, duas histórias de vida, duas mentalidades, e assim por diante. Faz-se por mútua iluminação de dois focos distintos de luz, e não por mera superposição de peças.

Da mesma forma que a História Comparada apresenta como traço fundamental a análise interativa entre dois recortes, já não precisaremos mais insistir no fato de que a ampla utilização do método comparativo emerge aqui como um segundo traço fundamental e distintivo. Contudo, já ressaltamos que se o ‘método comparativo’ é necessário ou mesmo imprescindível à ‘História Comparada’, não será certamente ‘suficiente’ para defini-la em toda a sua integridade, uma vez que este mesmo método comparativo também pode ser empregado por outras modalidades historiográficas, inclusive nos trabalhos monocentros que utilizam a comparação apenas para melhor delinear um objeto único de análise. Por fim, será preciso lembrar que o

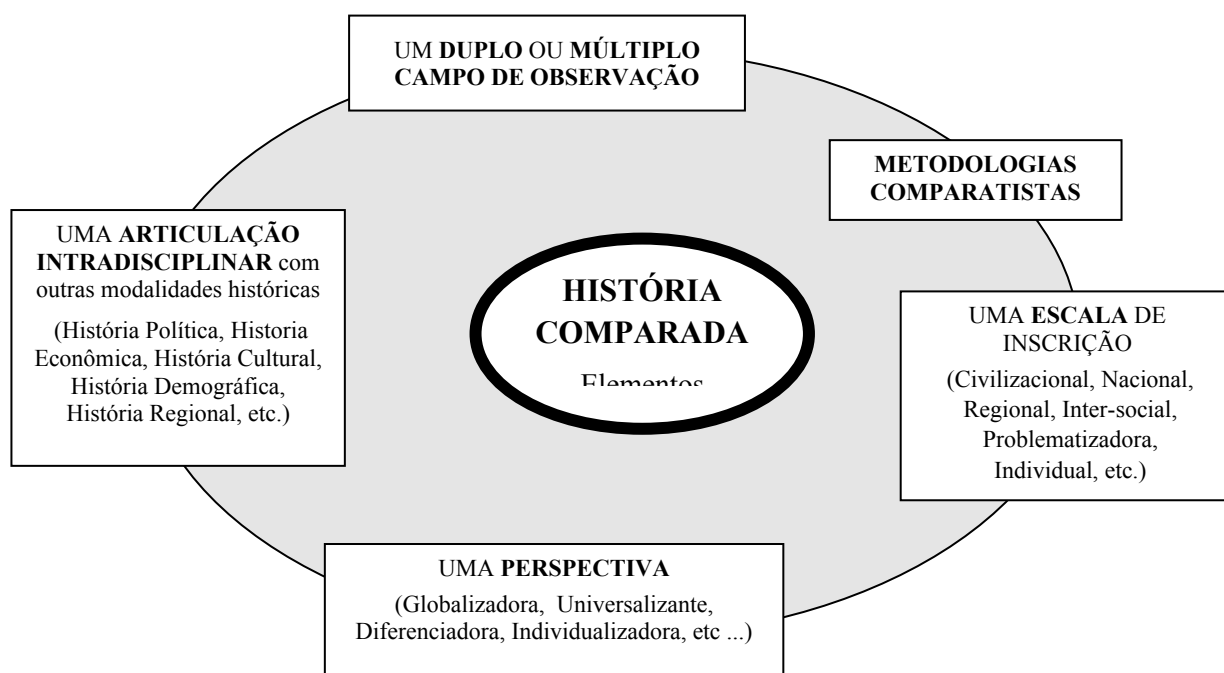
comparativismo, mesmo que envolvendo recortes historiográficos distintos, pode corresponder apenas a um momento de determinada análise historiográfica – àquele capítulo inicial ou terminal de uma tese problematizada em que o autor aproveita para situar seu objeto diante de outros análogos ou contrastantes – mas isto sem que necessariamente o trabalho como um todo deva ser adequadamente inserido dentro da rubrica da História Comparada, já que nesta o comparativismo deve corresponder a uma marca indelével que atravessa a obra como um todo.

Com relação aos riscos e armadilhas a evitar no âmbito da História Comparada, estes são, como vimos, os mais diversos. Para realidades histórico-sociais afastadas no tempo há a célebre questão do ‘anacronismo’ – isto é, o transporte de um elemento típico de uma sociedade historicamente localizada para uma outra em que o elemento não se enquadre. Outro risco freqüente está na ‘leitura forçada’, isto é, na insistência em ajustar todas as realidades examinadas a um determinado modelo que já se encontrava definido previamente, ou então na eleição indevida de um caso como paradigma para avaliar por aproximação ou afastamento em relação a ele todos os demais.

Por vezes, ronda ainda a História Comparada aquilo que poderemos chamar de “ilusão sincrônica”. A idéia de que todas as sociedades são comparáveis se quando se encontram em estágios similares de desenvolvimento, uma tentação à qual nem todos resistem, deve ser confrontada com a simples consciência de que determinada sociedade pode estar em situação análoga a outra mas estar vindo de uma situação completamente distinta (ou seja, possuir uma história anterior bem diferente) e indo para situações também diferenciadas no futuro. Enfim, a “ilusão sincrônica”, cedendo à tentação de comparar sociedades como se fossem unidades estáticas imobilizadas no tempo, esquece-se de considerar que na verdade cada sociedade tem seu dinamismo próprio,

inerente a um processo de transformações que se estabelece em uma diacronia (no decurso de uma temporalidade). A comparação de dois pontos – meramente motivada pela similitude momentânea – pode levar o historiador a comparar inadequadamente processos incomparáveis.

Em seguida, de modo a estabelecer um delineamento final, sintetizaremos em um esquema geral os aspectos essenciais que constituem a História Comparada como campo histórico específico.



Um ‘Duplo ou Múltiplo Campo de Observação’ – ou um âmbito multifocal de análise, por assim dizer – eis aqui a condição primeira, conforme pudemos examinar desde o princípio deste ensaio, para que se possa falar legitimamente de uma modalidade definível como ‘História Comparada’ e não apenas de uma prática historiográfica que utiliza ‘metodologias comparativas’. Estas, naturalmente, também

são características da modalidade, embora não suficientes para defini-las, e via de regra baseiam-se na percepção de diferenças e semelhanças, na produção de analogias, na identificação de traços de singularidade, na elaboração de tipologias, na construção de modelos de aproximação, na sujeição dos casos em estudo a uma avaliação de comportamento diante de variáveis fixas, e assim por diante.

Vimos ainda que os trabalhos de História Comparada submetem-se habitualmente a uma certa *escala* de inscrição. No contexto de formação deste campo intradisciplinar da História, esta escala era sempre de maior amplitude: ou ao nível das nações – mais freqüente – ou ao nível das civilizações, tal como propuseram Spengler (1920) e Toynbee (1934-1961). Contudo, gradualmente a História Comparada foi assimilando novos objetos e inscrevendo-se em outras possibilidades de escalas. A ‘região’, que muitos vinham tratando de forma isolada ou quando muito relacionada à sua inserção em um contexto nacional mais amplo, passou a certa altura a admitir um trabalho comparativo que confrontava várias regiões distintas – inseridas em um mesmo contexto nacional ou não. Ambientes ainda menores – vizinhanças, grupos sociais ou étnicos, unidades de trabalho – ou realidades difusas que não se concretizavam necessariamente em espacialidades definidas, como as práticas culturais por exemplo, também se abriram como possibilidades para os estudos de História Comparada. As realidades literárias, virtuais ou imaginárias, as mentalidades e os circuitos de representações, também a estes focos se adaptaram as escalas possíveis de serem utilizadas na História Comparada. As vidas humanas individuais, confrontadas em análises paralelas, reeditaram a antiqüíssima proposta de Plutarco. E, por fim, a própria escolha de um problema histórico muito específico a ser examinado nos permitira falar em uma ‘escala problematizadora’, que já não é definida por espacialidades reais ou

imaginárias, nem pela unidade de uma vida ou grupo social, e sim pela força e complexidade de uma problematização específica. Diante de todas estas novas escalas, embora a História Comparada não tenha conquistado uma grande quantidade de realizações em relação a outras modalidades da História, certamente ela se diversificou.

Uma ‘perspectiva’, já o vimos, tem a ver com os objetivos ou as intenções do historiador: generalizar a partir dos casos que examina; inseri-los todos em um sistema globalizador que lhes dê sentido; ou, ao contrário, buscar com o trabalho comparativo a ‘individualização’ e a ‘diferenciação’, onde cada caso examinado conquista a sua singularidade através da construção do historiador. Estas e outras mais perspectivas, relacionadas simultaneamente com modos de trabalho e concepções da realidade histórica, surgem no repertório de possibilidades da História Comparada.

Relacionados por vezes a visões de mundo ou a concepções historiográficas específicas – como a ‘História Comparada das Civilizações’, a ‘História Total Comparada’, a ‘História Comparada problematizadora’ – também os gêneros de História Comparada foram surgindo no decorrer de seu desenvolvimento como campo intradisciplinar, criando ou reeditando domínios históricos como a Biografia Comparada, a Historiografia Comparada, a Crítica Comparada da Literatura histórica. Todos ou alguns destes sub-gêneros, enfim, conforme o que se tenha em vista seja um estudo da cultura, do poder, da população, da economia, terminam por se inscrever em conexões diversificadas da História Comparada com outras modalidades historiográficas – uma articulação intradisciplinar que não permite que este ou aquele trabalho historiográfico se situe senão em um campo de forças no qual a História Comparada deposita a sua energia e a sua especificidade.

Eis aqui, enfim, um campo historiográfico complexo, à disposição dos historiadores.

Bibliografia

BAILY, Samuel. “Cross-cultural comparison and the writing of migration history”, in YANS-YANS-McLAUGHLIN, Virginia (orgs.). *Immigration reconsidered*. New York: 1990.

BLOCH, Marc. “Pour une histoire comparée des sociétés euroéenes » in *Mélanges historiques*. Paris : 1963, tit. I, p.15-50.

BLOCH, Marc. “Comparaison” in *Bulletin du Centre International de Synthèse*, nº 9, Paris : junho de 1930.

BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos – o caráter sobrenatural do Poder Régio. França e Inglaterra*. São Paulo : Companhia das Letras, 1993.

HAUPT, Heins-Gerhard. “O lento surgimento de uma história comparada” in BOUTIER, Jean e Dominique, Julia (orgs.) *Passados Recompuestos – Campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Editora FGV, 1998, p.205-216.

KULA, Witold. *Problemas y métodos de la historia econômica*. Barcelona: Ediciones Península, 1973.

LEON, Pierre. *Histoire économique et sociale du monde*. Paris : A. Colin, 1977.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia (org.) *As muitas faces da História*. São Paulo: UNESP, 2000.

PIRENNE, Henri. *Historia de Europa, desde las invasiones al siglo XVI*. México: 1981.

MAURO, Frédéric. *História Econômica Mundial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

PLUTARCO, *Vidas Paralelas: Alexandre e César*. Porto Alegre: LPM, 2005.

SPENGLER, Oswald. *The Decline of the West*. Munich: Beck, 1920.

SKOCPOL, Theda. *Estados e Revoluções Sociais – análise comparativa da França, Rússia e China*. Lisboa: Editorial Presença, 1979.

TILLY, Charles. *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*. Nova York: Russell Sage Foundation, 1984.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus*. São Paulo: EDUSP, 1996.

TILLY, Charles. *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1975.

TOYNBEE, Arnold. *Study of History*. Londres: Oxford University Press, 1934-1961. 12 vol. [*Um Estudo da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1987].

VEYNE, Paul. *Comment on écrit l'histoire*. Paris: 1978.

WEBER, Max. *The City*. New York : Paperback, 1966.